

Do Saber ao Fazer: Barreiras e Incentivos ao Design de Interiores para Sustentabilidade

From Knowledge to Action: Barriers and Drivers to Interior Design for Sustainability

109

Talissa Bedran Linhares, Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG).
talissabedran@gmail.com

Andréa Franco Pereira, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
andreafranco@taskmail.com.br

Resumo

Este estudo investiga barreiras e fatores facilitadores da adoção de práticas em prol da sustentabilidade no Design de Interiores, articulando revisão sistemática da literatura internacional (53 estudos 2015–2025) e levantamento com 49 profissionais atuantes em Belo Horizonte (MG). A revisão seguiu o protocolo PRISMA 2020, com síntese temática, e o estudo empírico utilizou questionário estruturado. Os resultados indicam cinco temas analíticos, relacionados a fatores econômicos, socioculturais, técnicos e de governança. As principais barreiras envolvem déficits educacionais, custos iniciais elevados, baixa disponibilidade de informações técnicas, ausência de políticas públicas específicas e poucos estímulos governamentais. Embora 95,9% dos respondentes reconheçam que maior sustentabilidade agrega valor aos projetos, apenas 30,6% relatam adoção em nível alto ou muito alto, evidenciando a lacuna conhecimento-prática.

Palavras-chave: Design de Interiores para Sustentabilidade; Barreiras e Fatores Facilitadores para Sustentabilidade; Lacuna Conhecimento-prática na Sustentabilidade.

Abstract

This study investigates barriers and facilitating factors in the adoption of Interior Design for Sustainability by combining a systematic review of international literature (2015–2025, 53 studies) with a survey of 49 professionals working in Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. The review followed the PRISMA 2020 protocol, with thematic synthesis, while the empirical phase used a structured questionnaire. Five analytical themes emerged, related to economic, sociocultural, technical, and governance factors. The main barriers involve educational deficits, high initial costs, limited technical information, lack of specific public policies, and low governmental incentives. Although 95.9% of respondents recognize that sustainability adds value to projects, only 30.6% report a high or very high level of adoption, revealing the knowledge-practice gap.

Keywords: Interior Design for Sustainability; Barriers and Facilitating Factors for Sustainability; Knowledge-practice Gap in Sustainability.



1 Introdução

O ambiente construído é responsável por cerca de 40% do consumo global de energia e 36% das emissões de CO₂ (International Energy Agency, 2021). Embora grande parte desse impacto advinha da operação dos edifícios, os espaços interiores também influenciam o desempenho ambiental e o bem-estar dos ocupantes (Winchip, 2007). No Brasil, o Design de Interiores evoluiu de uma atividade de “decoração” para um campo profissional com maiores responsabilidades técnicas e projetuais (Barbosa; Rezende, 2020), evidenciando seu potencial de contribuição à agenda de sustentabilidade. O Design de Interiores para Sustentabilidade busca integrar critérios ambientais, sociais e econômicos no planejamento de ambientes internos (Kang; Guerin, 2009). Isso envolve, por exemplo, selecionar materiais de baixo impacto, projetar interiores duráveis e adaptáveis, minimizar resíduos e melhorar a qualidade ambiental interna. No entanto, o papel do Design de Interiores para maior sustentabilidade das edificações permanece menos explorado pela pesquisa e pelas práticas tradicionais (Hedge; Dorsey, 2013).

Apesar do aumento da conscientização sobre princípios de sustentabilidade, a implementação efetiva dessas práticas permanece insuficiente. Diferentes regiões exibem graus variáveis de adoção, indicando que múltiplos fatores influenciam o processo. Diversos estudos já examinaram barreiras e motivadores na construção ambientalmente responsável em geral (Darko; Chan, 2017), mas ainda faltam análises sistemáticas focadas especificamente no contexto do Design de Interiores. Até o momento, nenhuma revisão abrangente sintetizou evidências empíricas sobre barreiras e fatores facilitadores à adoção de práticas ambientalmente responsáveis em Interiores. Além disso, há escassez de estudos empíricos em mercados emergentes que validem e contextualizem os achados internacionais. O Brasil, maior economia latino-americana e com um setor de Interiores em expansão, configura-se como um caso relevante para investigar como barreiras e fatores facilitadores globais se manifestam em contextos locais.

Diante dessa lacuna, este estudo integra evidências globais e locais para fornecer uma compreensão abrangente dos fatores que influenciam a adoção do Design de Interiores para Sustentabilidade. O objetivo central é identificar e categorizar barreiras e fatores facilitadores à adoção de práticas favoráveis à sustentabilidade, sintetizando as evidências internacionais e validando-as em um recorte brasileiro, com foco em profissionais atuantes em Belo Horizonte (MG), além de avaliar a natureza e a magnitude da lacuna entre conhecimento e prática em prol da sustentabilidade. Para alcançar esse objetivo, conduziu-se uma revisão sistemática da literatura internacional e uma pesquisa de campo com profissionais de Interiores atuantes em Belo Horizonte (MG), cujos resultados foram então comparados de forma integrativa. Espera-se que essa abordagem revele convergências e divergências entre padrões globais e locais, oferecendo subsídios para recomendações que promovam maior sustentabilidade no Design de Interiores.

2 Metodologia

O estudo adotou um delineamento de métodos mistos sequencial explanatório, com duas fases empíricas seguidas de análise integrativa. Conforme a Figura 1, a pesquisa foi dividida em três fases principais, cada qual com procedimentos-chave e produtos específicos: revisão sistemática (Fase 1), estudo empírico (Fase 2) e integração teórico-interpretativa (Fase 3).

Figura 1: Desenho de pesquisa de métodos mistos sequencial explanatório e produtos analíticos por fase



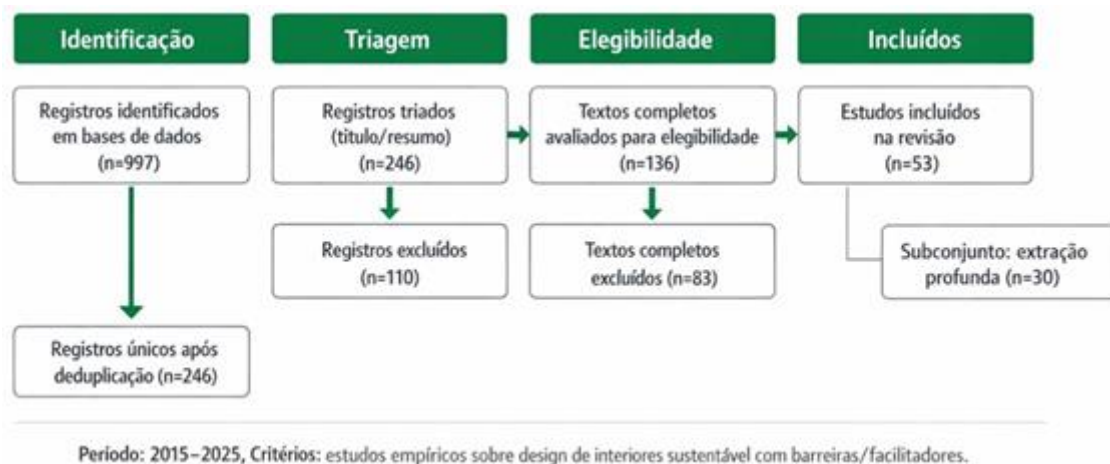
n = número de estudos/profissionais

Fonte: elaboração própria (2026).

Na Fase 1 - Revisão sistemática, abrangeram-se estudos empíricos publicados de 2015 a 2025, em inglês ou em português, que investigassem fatores de adoção (barreiras e/ou fatores facilitadores) de práticas ambientalmente responsáveis em projetos de Interiores. Foram excluídos trabalhos focados apenas no edifício como um todo ou estudos não empíricos. As buscas, conduzidas em bases como Google Scholar, SciELO e Scopus, identificaram 997 registros. Após remoção de duplicatas e triagem (títulos, resumos e textos completos segundo os critérios de elegibilidade), 53 estudos foram incluídos na síntese final, conforme o fluxograma PRISMA 2020 (Page et al., 2021). Os dados extraídos desses estudos (contexto, método, resultados) foram submetidos à síntese temática (Thomas; Harden, 2008), gerando 187 códigos iniciais, agrupados em 24 temas descritivos; a partir destes, derivaram-se cinco temas analíticos abrangentes que sintetizam os padrões interpretativos.

Em alinhamento com o protocolo PRISMA 2020, a Figura 2 apresenta o fluxograma do processo de seleção dos estudos na revisão sistemática, detalhando as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão.

Figura 2: Fluxograma PRISMA do processo de seleção de estudos na revisão sistemática (2015–2025)



Fonte: elaboração própria (2026).

Na Fase 2 - Estudo empírico com profissionais atuantes em Belo Horizonte (MG), realizou-se um levantamento quantitativo e descritivo com 49 profissionais de Interiores, selecionados por acessibilidade em eventos profissionais e redes sociais. Aplicou-se um questionário estruturado dividido em quatro seções: (1) perfil dos profissionais; (2) valores e percepções sobre sustentabilidade; (3) nível de conhecimento e práticas favoráveis à sustentabilidade recentemente adotadas; e (4) perguntas abertas sobre exemplos de projetos, barreiras e incentivos percebidos. A coleta ocorreu presencialmente e via formulário on-line, garantindo o anonimato dos respondentes. Os dados quantitativos foram analisados por estatística descritiva, com apresentação de frequências absolutas e relativas, e as respostas abertas por análise temática qualitativa. Como a amostra tem caráter exploratório e não probabilístico, os percentuais foram empregados apenas como frequências relativas para descrever a distribuição interna dos dados e permitir comparação com a revisão sistemática; eles não foram utilizados para inferências populacionais ou generalizações estatísticas.

Na Fase 3 - Integração dos resultados, os achados das fases anteriores foram comparados e integrados por triangulação, buscando convergências e divergências entre as evidências globais e locais. Limitações metodológicas incluem a restrição da revisão a publicações em dois idiomas e a amostragem não probabilística concentrada em profissionais de uma única cidade brasileira, questões consideradas na seção de Conclusões.

3 Resultados

3.1 Revisão Sistemática: Contexto Global

Os 53 estudos internacionais analisados abrangem diversos continentes e tipologias de projetos (residenciais, comerciais, institucionais etc.), evidenciando o interesse crescente no tema. Identificou-se uma ampla gama de barreiras à adoção do Design de Interiores para Sustentabilidade, bem como fatores facilitadores correspondentes, organizados em quatro dimensões principais: econômica, sociocultural, técnica e de governança. A Figura 3 apresenta os fatores mais citados em cada dimensão e a frequência relativa de estudos que mencionaram cada um.

Figura 3: Síntese temática - cinco temas analíticos e fatores mais prevalentes de barreiras e fatores facilitadores na literatura internacional (n=53).

	Principais barreiras (prevalência)	Principais facilitadores (prevalência)
Tema 1 — Viabilidade econômica vs. pressões de custo	• Custos iniciais (60%) • Incerteza de ROI (40%) • LCC subutilizada (33%)	• Incentivos financeiros (53%) • Análise de ciclo de vida de custos — LCC (47%) • Demonstração de ROI (40%)
Tema 2 — Gap conhecimento— prática	• Déficit educacionais (90%) • Barreiras de informação (73,3%) • Consciência ≠ implementação (padrão recorrente)	• Treinamento profissional (80%) • Integração curricular (66,7%) • Colaboração interdisciplinar (66,7%)
Tema 3 — Resistência sociocultural	• Falta de demanda de clientes (53%) • Resistência estética (47%) • Preferências por soluções convencionais (recorrente)	• Conscientização de clientes (60%) • Treinamento profissional (80%) • Colaboração interdisciplinar (66,7%)
Tema 4 — Complexidade técnica e restrições de cadeia	• Disponibilidade limitada (60%) • Gaps de cadeia (53,3%) • Preocupações com desempenho (40%)	• Certificações de produtos (53%) • Plataformas de informação (47%) • Treinamento profissional (80%)
Tema 5 — Vácuo de governança	• Gaps de políticas (86,7%) • Falta de incentivos (60%) • Fraca aplicação (47%)	• Desenvolvimento de políticas (73,3%) • Incentivos governamentais (60%) • Procurement sustentável (47%)

Prevalência = % de estudos que reportam o fator.

Fonte: elaboração própria (2026).

Conforme a Figura 3, na dimensão econômica destaca-se a barreira da percepção de alto custo inicial para soluções ambientalmente responsáveis (citada em 60% dos estudos), seguida pela incerteza quanto ao retorno financeiro (40%). Muitos tomadores de decisão focam apenas nesses custos imediatos e hesitam em adotar alternativas mais sustentáveis por não visualizarem claramente os benefícios de longo prazo (Akadiri, 2015). Por outro lado, incentivos financeiros externos (subsídios, créditos) emergem como o principal facilitador econômico (53%), pois melhoram a viabilidade das soluções favoráveis à sustentabilidade ao reduzir o peso do investimento inicial. No âmbito sociocultural, o déficit de formação e capacitação em sustentabilidade sobressai como a barreira mais frequente (90% dos estudos), aliado à falta de informação técnica confiável (73%). Além disso, a baixa demanda por parte dos clientes (53%) e a resistência estética a materiais favoráveis à sustentabilidade (47%) também aparecem como barreiras socioculturais, criando um ciclo vicioso: se o cliente não exige, os profissionais tendem a não priorizar a sustentabilidade. Em contrapartida, a educação continuada de profissionais e a inclusão de sustentabilidade nos currículos de graduação despontam entre os principais fatores facilitadores (presentes em aproximadamente 80% e 67% dos estudos, respectivamente), juntamente com maior conscientização dos clientes (Hashem; Abbas, 2021).

Na dimensão técnica, a oferta limitada de materiais e produtos ambientalmente responsáveis no mercado local (60% dos estudos) e lacunas na cadeia de suprimentos (53%) configuram obstáculos comuns. Além disso, cerca de 40% dos estudos mencionaram incertezas quanto ao desempenho ou à durabilidade de materiais favoráveis à sustentabilidade, o que gera hesitação em adotá-los, mesmo quando disponíveis. Como facilitadores técnicos, destacam-se as certificações ambientais de produtos (53%) e plataformas acessíveis de informação técnica (47%), que aumentam a confiança e o conhecimento sobre opções ambientalmente responsáveis. Por fim,

na esfera de governança, a ausência de políticas públicas e regulamentações específicas para interiores mais sustentáveis é quase unânime (87% dos estudos), assim como a carência de incentivos governamentais (60%). Mesmo onde existem políticas ambientais gerais para edificações, estas raramente abrangem o nível dos interiores ou não são efetivamente fiscalizadas, reduzindo seu impacto. Muitos autores sugerem justamente o desenvolvimento de políticas e incentivos oficiais como medidas essenciais para impulsionar a adoção nessas condições.

Além dos fatores específicos levantados, a síntese temática agrupou os achados em cinco temas analíticos abrangentes: (1) viabilidade econômica versus pressões de custo; (2) lacuna conhecimento-prática (saber vs. fazer); (3) resistências socioculturais; (4) desafios técnicos e na cadeia de suprimentos; e (5) vácuo institucional em termos de governança. Esses grandes temas refletem a natureza multifacetada e interconectada dos desafios para tornar o Design de Interiores mais ambientalmente responsável. Em outras palavras, eles abordam conflitos como o contraste entre benefícios de longo prazo e custos imediatos, a distância entre conhecimento e prática, resistências culturais a novas soluções, desafios técnicos e de mercado, além da falta de direcionamento institucional. Esses fatores atuam de forma interdependente, indicando que a promoção da sustentabilidade em Interiores exige abordagens integradas.

3.2 Evidências Empíricas: Contexto Local

No estudo de campo realizado com 49 profissionais de Interiores de Belo Horizonte, constatou-se uma alta valorização declarada da sustentabilidade, porém um nível de adoção prática apenas moderado. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos respondentes quanto ao conhecimento em Design para Sustentabilidade, à percepção de valor da sustentabilidade e ao nível de adoção de práticas ambientalmente responsáveis recentes.

Tabela 1: Conhecimento, percepção de valor e nível de adoção de práticas ambientalmente responsáveis pelos profissionais de Interiores (n=49).

Variável	Categoria	Freq. abs.	Freq. rel. (%)
Conhecimento	Baixo	6	12,24
	Médio	26	53,06
	Alto	13	26,53
	Muito alto	4	8,16
Valor (sustentabilidade agrega)	Discordo parcialmente	2	4,08
	Concordo parcialmente	18	36,73
	Concordo totalmente	29	59,18
Adoção	Muito baixo	1	2,04
	Baixo	7	14,29
	Médio	26	53,06
	Alto	13	26,53
	Muito alto	2	4,08

Fonte: elaboração própria (2026).

Os dados da Tabela 1 revelam que 47 dos 49 profissionais (95,9%) concordam, parcial ou totalmente, que a sustentabilidade agrega valor aos projetos. Entretanto, apenas 15 profissionais (30,6%) indicaram um nível “alto” ou “muito alto” de adoção de práticas ambientalmente responsáveis em projetos recentes, enquanto a maioria (26 profissionais; 53,1%) situa-se em nível

“médio” e 8 profissionais (16,3%) em níveis “baixo” ou “muito baixo”. Em outras palavras, embora 95,9% valorizem a sustentabilidade em teoria, somente cerca de um terço afirma implementá-la em nível alto ou muito alto, apresentando uma discrepância de aproximadamente 65 pontos percentuais entre saber e fazer.

A investigação qualitativa oferece contexto a essa lacuna. Ao descrever, em suas próprias palavras, o que caracterizaria um “projeto de Interiores sustentável”, muitos participantes citaram estratégias relativamente simples e intuitivas. O enfoque mais mencionado foi o design atemporal e durável dos interiores (apontado por 43% dos respondentes), isto é, planejar espaços com qualidade e estética longevas, evitando modismos e reformas frequentes. Em segundo lugar, 40% citaram o aproveitamento máximo da iluminação e da ventilação naturais como elemento-chave de sustentabilidade. Em seguida, 35% mencionaram o reúso de mobiliário e materiais existentes no projeto, alinhando-se a princípios básicos de economia circular. Outros tópicos lembrados incluíram o uso de materiais naturais ou de baixo impacto (29,7%) e medidas gerais de eficiência energética (27%). Notavelmente, nenhum profissional fez referência a ferramentas e conceitos mais avançados, como análise de ciclo de vida de materiais, cálculo de carbono incorporado ou certificações ambientais específicas (por exemplo, LEED e WELL), sugerindo que, no entendimento corrente desses profissionais, a sustentabilidade em Interiores se concentra em medidas básicas e tangíveis (durabilidade, luz natural, reutilização), sem abranger plenamente métricas técnicas ou padrões certificados amplamente discutidos internacionalmente.

Consistente com essas percepções, as práticas ambientalmente responsáveis que os profissionais declaram adotar tendem a se concentrar nas estratégias mais acessíveis. As ações mais citadas recentemente foram: maximizar a iluminação e a ventilação naturais nos ambientes (apontada por 54,5% dos respondentes) e reutilizar móveis ou materiais já existentes (42,4%). Além disso, 30,3% afirmaram ter especificado materiais de maior durabilidade ou com design atemporal, prolongando a vida útil dos interiores. Em proporções menores, mas ainda relevantes, 21,2% mencionaram a instalação de sistemas de energia solar fotovoltaica em algum projeto, e 15,2% relataram incorporar sistemas de captação e reúso de água da chuva (por exemplo, para irrigação ou descargas sanitárias). Observa-se, portanto, que medidas passivas ou de baixo custo (como luz natural e reutilização) são as mais difundidas, enquanto soluções que demandam investimento ou infraestrutura adicional (como painéis solares e sistemas de reúso de água) ainda têm adoção limitada entre os profissionais consultados.

No campo dos incentivos à sustentabilidade, os resultados mostram que as universidades desempenham papel importante: 53,1% dos profissionais atribuíram à formação acadêmica (graduação, cursos ou eventos universitários) a motivação para considerar práticas em prol da sustentabilidade. Em segundo lugar, clientes ambientalmente conscientes foram citados por 40,8%, ou seja, parte considerável dos profissionais só implementou soluções ambientalmente responsáveis porque teve clientes que demandaram ou valorizaram essa abordagem. As associações profissionais e os órgãos de classe também apareceram como influência positiva, mencionados por 24,5%, seja por meio da divulgação de informações, de premiações de projetos ambientalmente responsáveis ou da oferta de capacitações. Colegas de profissão e a comunidade profissional foram citados por 16,3% como fonte de incentivo ou inspiração, indicando certa difusão de ideias dentro da própria rede profissional. Em contraste, o governo praticamente não é

percebido como fomentador: apenas 3 profissionais (6,1%) recordaram alguma iniciativa governamental relevante (leis, certificações públicas ou incentivos fiscais) influenciando sua adoção de práticas ambientalmente responsáveis. Esse dado reforça a ausência de políticas públicas visíveis no cotidiano desses profissionais, deixando a motivação majoritariamente a cargo de esforços individuais, acadêmicos e de alguns clientes pioneiros.

Por fim, mapearam-se as barreiras percebidas, distinguindo entre barreiras internas (relativas ao próprio profissional) e externas (relativas ao mercado, clientes, fornecedores e contexto macro). Entre as barreiras internas, a mais frequente foi a falta de conhecimento técnico aprofundado: 46,9% reconheceram que sua familiaridade limitada com tecnologias, materiais ou métodos ambientalmente responsáveis atrapalha a implementação. Em segundo lugar, 34,7% apontaram os custos. Muitos percebem que soluções mais sustentáveis encarecem o projeto e enfrentam dificuldade para justificá-las dentro do orçamento disponível. Além disso, 26,5% mencionaram o apego às abordagens tradicionais de projeto como um entrave interno, indicando resistência em sair da “zona de conforto” das especificações convencionais.

A resistência estética pessoal foi apontada por 22,4% dos profissionais, que relataram reservas quanto à aparência de alternativas em prol da sustentabilidade, e a falta de tempo para pesquisar novidades foi mencionada por 16,3%; devido à pressão de prazos, muitos acabam replicando soluções já conhecidas. Em relação às barreiras externas, sobressaíram problemas estruturais do mercado: a ampla maioria (65,3%) citou a escassez de mão de obra qualificada e de fornecedores preparados para implementar soluções ambientalmente responsáveis. Assim, mesmo que o profissional de Interiores queira, muitas vezes faltam prestadores de serviço, fabricantes ou equipes de execução com esse conhecimento técnico, o que dificulta concretizar certas ideias. Em complemento, 57,1% apontaram a falta de informações técnicas acessíveis no mercado local (como catálogos, dados de desempenho de materiais ou referências de casos brasileiros), dificultando sua especificação e o convencimento de clientes a adotarem essas soluções.

A baixa demanda dos clientes foi confirmada por 51,0% como barreira externa. Muitos clientes não se interessam por sustentabilidade ou não aceitam pagar por ela, reduzindo as oportunidades de aplicação. Uma barreira relacionada é a resistência estética dos clientes (44,9%), com exemplos de clientes que rejeitaram materiais reciclados ou acabamentos ecológicos por julgarem-nos visualmente menos atraentes ou de qualidade inferior. Por fim, restrições orçamentárias por parte dos clientes (42,9%) também foram lembradas. Quando propostas, as soluções ambientalmente responsáveis acabam sendo cortadas do projeto para diminuir custos imediatos. No geral, 84,7% dos profissionais avaliaram que as barreiras externas impactam moderada ou fortemente suas decisões, evidenciando que fatores fora do controle direto do profissional de Interiores frequentemente inviabilizam suas intenções ambientalmente responsáveis. Em síntese, os profissionais consultados em Belo Horizonte demonstram atitude bastante positiva em relação à sustentabilidade, porém esbarram em diversos obstáculos para colocá-la em prática. O perfil identificado combina valor atribuído ao tema, mas implementação aquém do ideal devido principalmente a limitações de conhecimento, estrutura de mercado e suporte institucional. A Figura 4 sintetiza visualmente esses achados, incluindo a distribuição dos níveis de conhecimento e adoção, a magnitude do *gap* (lacuna) conhecimento-prática e os principais vetores de barreiras (internas e externas) e incentivos identificados no contexto local.

Figura 4: Evidências empíricas no Brasil - distribuição de conhecimento e adoção, magnitude do gap (lacuna) conhecimento-prática e principais barreiras e incentivos (n=49).



Fonte: elaboração própria (2026).

4 Discussão

Os achados confirmam que há uma lacuna significativa entre conhecimento e prática ambientalmente responsável, tanto na literatura internacional quanto no recorte empírico de Belo Horizonte (MG). A diferença de cerca de 65 pontos percentuais entre valorização declarada e adoção efetiva encontrada entre os profissionais consultados reflete o “*sustainability gap*” já descrito na literatura de Interiores, entendido como a distância entre o discurso de sustentabilidade e sua realização prática no projeto (Steig, 2006). Em diversos países, profissionais demonstram conhecimento dos princípios ambientalmente responsáveis, porém nem sempre conseguem aplicá-los em projetos reais (Kang; Guerin, 2009). No recorte investigado, essa lacuna mostrou-se expressiva e coerente com o diagnóstico de que barreiras estruturais podem dificultar a transformação de intenção em ação, especialmente em mercados emergentes (Darko; Chan, 2017). De fato, a maioria dos profissionais identificou barreiras externas substanciais (mercado, clientes e infraestrutura) impactando suas decisões. Os dados sugerem que atitudes favoráveis e normas sociais de suporte não se convertem automaticamente em comportamento quando o profissional percebe baixo controle sobre as condições de execução. No caso em pauta, os profissionais de Interiores indicaram interesse praticamente unânime em favor da sustentabilidade, e há indícios de uma norma social favorável emergindo (por exemplo, influência acadêmica e de alguns clientes); contudo, o controle percebido é baixo diante de obstáculos como falta de recursos, demanda e apoio institucional, levando a intenções não concretizadas. Em suma, saber e querer não bastam quando faltam condições para fazer.

Muitas das barreiras identificadas no recorte empírico brasileiro ecoam padrões globais. Entre elas, destaca-se a questão educacional: internacionalmente, 90% dos estudos revisados relataram déficit de formação em prol da sustentabilidade, e, entre os profissionais consultados, quase metade citou a falta de conhecimento como entrave, evidenciando que formar e capacitar profissionais de Interiores para a sustentabilidade é um desafio recorrente (Rasmussen, 2012). De modo semelhante, a carência de informação técnica acessível é uma barreira onipresente globalmente (73% dos estudos) e foi mencionada por 57% dos profissionais locais, o que dificulta a especificação de materiais ambientalmente responsáveis e alimenta incertezas, inclusive receios de *greenwashing* (Hayles, 2015). Outra convergência é a percepção de custo elevado: cerca de 60% dos estudos internacionais citaram o alto custo inicial como barreira, e, no recorte de Belo Horizonte, essa preocupação também surgiu para aproximadamente um terço dos profissionais, mostrando que o critério financeiro imediato é um impeditivo comum (Akadiri, 2015). Ademais, a falta de apoio governamental foi apontada como barreira em 86,7% dos estudos globais e, no levantamento local, apenas 3 dos 49 profissionais (6,1%) recordaram alguma iniciativa governamental relevante. Tais semelhanças sugerem que, em linhas gerais, os desafios enfrentados pelos profissionais consultados não diferem em natureza dos encontrados em outros países, incluindo outros mercados emergentes, como Jordânia (Kineber et al., 2023) e Paquistão (Azeem; Salfi; Dogar, 2017).

Por outro lado, existem especificidades observadas no recorte empírico brasileiro. Uma delas é a ênfase em “design atemporal” e durabilidade como principal estratégia ambientalmente responsável mencionada pelos profissionais locais, uma abordagem pragmática e de baixo custo, que prolonga a vida útil dos interiores e evita reformas frequentes, mas que não aborda diretamente aspectos técnicos como toxicidade de materiais ou eficiência energética. Também se observou baixa presença de ferramentas ou métricas avançadas nas respostas: nenhum dos 49 participantes mencionou espontaneamente análise de ciclo de vida, carbono incorporado ou certificações ambientais específicas. Na revisão sistemática, certificações ambientais aparecem como facilitadores técnicos relevantes (53% dos estudos); no levantamento local, porém, não figuraram no repertório espontâneo dos profissionais, indicando baixa visibilidade desses instrumentos entre os respondentes. Da mesma forma, a atuação governamental foi pouco percebida no recorte investigado: somente 3 profissionais (6,1%) recordaram iniciativas governamentais relevantes, o que sustenta a interpretação de baixa visibilidade de estímulos públicos no cotidiano desses profissionais, sem autorizar generalizações para todo o país. Adicionalmente, o déficit de mão de obra especializada e de fornecedores qualificados mostrou-se particularmente agudo entre os respondentes, criando um gargalo que pode ser menos intenso em mercados com maior disponibilidade de profissionais treinados e produtos certificados. Esses fatores contextuais agravam a lacuna conhecimento-prática observada e ajudam a explicar por que a adoção de inovações ambientalmente responsáveis é difícil nesse recorte. Além disso, o campo do Design de Interiores no Brasil profissionalizou-se e ampliou seu escopo de atuação apenas recentemente (Barbosa; Rezende, 2020), o que ajuda a explicar por que a sustentabilidade ainda não está plenamente integrada às práticas do setor, pois se trata de um aspecto em fase de consolidação na formação e no exercício profissional.

Teoricamente, esse cenário ilustra as dificuldades de difusão de inovações no setor de Interiores na ausência de suporte institucional e cultural amplos. A interpretação adotada articula

três referenciais: a Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991), segundo a qual atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido influenciam a intenção e o comportamento; a Teoria da Difusão de Inovações (Rogers, 2003), segundo a qual a adoção depende da percepção de vantagem relativa, compatibilidade, complexidade, possibilidade de experimentação e observabilidade da inovação; e a Perspectiva Multinível das Transições Sociotécnicas (Geels, 2011), segundo a qual práticas emergentes tendem a permanecer em nichos enquanto normas, mercados, infraestruturas e políticas do regime dominante não se reconfiguram. Aplicada ao recorte investigado, a baixa visibilidade de pressões regulatórias e de incentivos públicos, indicada pelo fato de apenas 3 dos 49 respondentes (6,1%) citarem iniciativa governamental relevante, ajuda a explicar por que iniciativas mais sustentáveis avançam lentamente.

Por exemplo, considere um projeto no qual o profissional de Interiores pretende especificar um material de menor impacto ambiental, como madeira certificada. Mesmo que sua intenção seja favorável à sustentabilidade, ele pode acabar optando por um material convencional devido ao custo mais elevado da alternativa certificada (barreira econômica), à dificuldade de encontrar essa opção no mercado local (barreira técnica), à falta de exigência ou interesse do cliente (barreira sociocultural) e à inexistência de qualquer diretriz que o obrigue ou incentive a escolher a opção mais ambientalmente responsável (barreira institucional). Esse exemplo hipotético ilustra como diferentes barreiras podem atuar simultaneamente e suplantam a intenção do profissional, reforçando a necessidade de intervenções em múltiplos níveis.

Apesar disso, alguns fatores facilitadores também estão presentes. No levantamento, 53% dos profissionais atribuíram motivação à universidade, e alguns clientes pioneiros demonstram interesse em projetos ambientalmente responsáveis, elementos que, embora ainda minoritários, sinalizam um potencial de mudança (os clientes conscientes foram citados por 40,8% dos respondentes como incentivo). Fortalecer esses impulsionadores e replicar casos bem-sucedidos pode criar um efeito demonstrativo, encorajando mais profissionais e clientes a aderirem às práticas ambientalmente responsáveis.

A Figura 5 apresenta um modelo integrativo que sintetiza os mecanismos comportamentais e os condicionantes estruturais discutidos, indicando pontos potenciais de intervenção para reduzir a lacuna conhecimento-prática no contexto brasileiro. Esse modelo destaca que somente ações coordenadas em todos os níveis, do aperfeiçoamento individual dos profissionais à implementação de políticas públicas, podem efetivamente reduzir o *gap* identificado.

Figura 5: Modelo integrativo da lacuna conhecimento–prática - mecanismos comportamentais e determinantes multinível, com pontos de intervenção no Brasil.



Fonte: elaboração própria (2026).

5 Conclusões

Este estudo apresentou uma análise abrangente das barreiras e dos fatores facilitadores que influenciam a adoção de práticas ambientalmente responsáveis no Design de Interiores, combinando evidências internacionais e um levantamento empírico com profissionais atuantes em Belo Horizonte (MG). Os resultados indicam que a implementação do Design de Interiores para Sustentabilidade é limitada por um conjunto multidimensional de barreiras interligadas, englobando fatores econômicos (custos percebidos, incerteza de retorno), socioculturais (lacunas educacionais, falta de demanda, resistências culturais), técnicos (falta de produtos, de informação e de mão de obra especializada) e institucionais (ausência ou baixa visibilidade de políticas e incentivos). Verificou-se também uma lacuna pronunciada entre conhecimento e prática em prol da sustentabilidade: globalmente, muitos profissionais e organizações demonstram consciência e intenção que não se traduzem integralmente em ação, e, no recorte empírico de Belo Horizonte, esse *gap* mostrou-se amplo (aproximadamente 65 pontos percentuais) devido a limitações estruturais adicionais. Como contribuição, esta pesquisa realizou uma síntese sistemática focada especificamente em Design de Interiores para Sustentabilidade e apresentou evidências sobre um recorte brasileiro, preenchendo lacunas na literatura de Design em mercados emergentes e reforçando modelos teóricos ao mostrar que inovações ambientalmente responsáveis tendem a permanecer restritas sem mudança sistêmica, incluindo apoio de políticas voltadas ao tema.

Em termos práticos, emergem recomendações claras. É preciso investir na educação e capacitação de profissionais de Interiores e da cadeia produtiva, integrando a sustentabilidade como componente obrigatório na formação profissional e promovendo treinamento contínuo.

Deve-se fortalecer a cadeia de suprimentos ambientalmente responsável, estimulando fabricantes a oferecer produtos certificados e desenvolvendo mecanismos de disseminação de informações técnicas confiáveis. Também é fundamental sensibilizar clientes e o mercado para os benefícios tangíveis de ambientes ambientalmente responsáveis, por meio de comunicação estratégica e demonstração de casos de sucesso, criando demanda para essas soluções. Por fim, urge desenvolver políticas públicas e incentivos específicos que incorporem o Design de Interiores na agenda de construção ambientalmente responsável, fornecendo o impulso estrutural necessário para que práticas hoje voluntárias se tornem padrões de mercado. No curto prazo, entidades de classe, instituições de ensino e empresas poderiam liderar parte dessas iniciativas, enquanto não ocorrem mudanças governamentais mais amplas. Entre as limitações deste trabalho, destaca-se o recorte da revisão a publicações em dois idiomas, o uso de frequências relativas apenas com finalidade descritiva e a amostra não probabilística concentrada em uma única cidade, o que exige cautela na generalização dos resultados.

Como trabalhos futuros, sugerem-se pesquisas em outras regiões do Brasil e em países emergentes para verificar se os padrões observados se mantêm, bem como estudos longitudinais que acompanhem profissionais ao longo do tempo para avaliar mudanças nas barreiras com a evolução do mercado e das políticas. Recomenda-se também testar intervenções específicas (por exemplo, cursos de capacitação ou incentivos-piloto) e avaliar seu impacto. Em suma, a transição para um Design de Interiores mais favorável à sustentabilidade apresenta desafios complexos, porém não intransponíveis. A lacuna entre conhecer e fazer, evidenciada tanto globalmente quanto no recorte empírico de Belo Horizonte, ressalta que a sustentabilidade em Interiores não avançará automaticamente, pois exige ação deliberada e coordenada de educadores, profissionais, mercado e formuladores de políticas. No contexto investigado, especialmente, é preciso criar as condições para que os muitos profissionais bem-intencionados possam exercer na prática o que pregam em teoria. Espera-se que as evidências e discussões trazidas por este estudo forneçam subsídios concretos para iniciativas transformadoras. Ao remover barreiras e amplificar fatores facilitadores, o Design de Interiores para Sustentabilidade pode deixar de ser exceção e se tornar parte integrante da prática projetual e, conseqüentemente, contribuir efetivamente para construções mais sustentáveis, saudáveis e resilientes, em consonância com as metas ambientais globais.

Referências

- AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 50, n. 2, p. 179–211, 1991.
- AKADIRI, P. O. Understanding barriers affecting the selection of sustainable materials in building projects. **Journal of Building Engineering**, v. 4, p. 86–93, 2015.
- AZEEM, A.; SALFI, N. A.; DOGAR, A. H. Barriers to sustainable construction in the Pakistani construction industry. **Smart and Sustainable Built Environment**, v. 6, n. 3, p. 86–100, 2017.
- BARBOSA, Paula Glória; REZENDE, Edson José Carpintero. O que é o Design de Interiores? **Estudos em Design**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 53–64, 2020. DOI: 10.35522/eed.v28i1.885.
- DARKO, A.; CHAN, A. P. Review of barriers to green building adoption. **Sustainable Development**, v. 25, n. 3, p. 167–179, 2017.

- GEELS, F. W. The multi-level perspective on sustainability transitions: responses to seven criticisms. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 1, n. 1, p. 24–40, 2011.
- HASHEM, N.; ABBAS, R. Integrating sustainability in interior design education: Jordanian case study. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 22, n. 7, p. 1534–1552, 2021.
- HAYLES, C. S. Environmentally sustainable interior design: a snapshot of current supply of and demand for green, sustainable or Fair Trade products for interior design practice. **International Journal of Sustainable Built Environment**, v. 4, n. 1, p. 100–108, 2015.
- HEDGE, A.; DORSEY, J. A. Green buildings need good ergonomics. **Ergonomics**, v. 56, n. 3, p. 492–506, 2013.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Global Status Report for Buildings and Construction 2021**. Paris: IEA, 2021.
- KANG, M.; GUERIN, D. A. The state of environmentally sustainable interior design practice. **American Journal of Environmental Sciences**, v. 5, n. 2, p. 179–186, 2009.
- KINEBER, A. F.; MOHSEN, M.; ALMATARNEH, R. Factors influencing the adoption of green building practices in Jordan's interior design industry. **Journal of Engineering and Applied Science**, v. 70, n. 1, p. 45, 2023.
- PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, 2021.
- RASMUSSEN, K. B. Sustainable interior design education: barriers and opportunities. **Journal of Interior Design**, v. 37, n. 2, p. v–xiv, 2012.
- ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. 5. ed. New York: Free Press, 2003.
- STEIG, K. The sustainability gap. **Journal of Interior Design**, v. 32, n. 1, p. vii–xi, 2006.
- THOMAS, J.; HARDEN, A. Methods for the thematic synthesis of qualitative research in systematic reviews. **BMC Medical Research Methodology**, v. 8, n. 1, p. 45, 2008.
- WINCHIP, S. M. **Sustainable design for interior environments**. New York: Fairchild Publications, 2007.

Sobre o autor

Talissa Bedran Linhares

Atualmente, leciona no curso de Design de Interiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais de Santa Luzia (IFMG). Doutora e mestra pela Escola de Arquitetura e Design da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduada em Design de Ambientes pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.
<https://orcid.org/0009-0005-6443-2827>

Andréa Franco Pereira

Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), designer de produto pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), doutora pela Université de Technologie de Compiègne e pós-doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua no PP-ACPS/UFMG e coordena grupo de pesquisa CNPq, com ênfase em ecodesign, sustentabilidade, ACV, design de produto, metodologia do design e inovação tecnológica.
<https://orcid.org/0000-0002-3633-4884>